EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024-PE/SEMSA
PROCESSO Nº 001.17062024.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2024-PE/SEMSA	**Data de Abertura: 24/07/2024 às 09:00** No sítio: **https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/**
Unidades Contratantes:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Objeto:	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS.	
Valor Total Estimado	
R$ 4.030.596,80(Quatro milhões e trinta mil quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).	

Registro de Preços?	**Vistoria**	**Modo de Disputa**	**Critério de Julgamento**
NÃO	NÃO	ABERTO	MENOR PREÇO
Lic. Exclusiva ME/EPP?	**Reserv. Cota ME/EPP?**	**Exige Amostra/ Dem.?**	**Fundamento Legal**
NÃO	NÃO	NÃO	Lei: 14.133/21

Recebimento de propostas:
Início: 12/07/2024 as 18:00 HORAS Término: 24/07/2024 às 08h45min
Limite para impugnação:
Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
Prazo para envio da proposta/documentação
Até 2 horas após a convocação realizada pelo Agente de contratação(a).

Pedidos de Esclarecimentos	**Impugnações**
https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/	**https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/**

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024-PE/SEMSA
PROCESSO Nº 001.17062024

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICIPIO DE RURÓPOLIS**, por meio da(o) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público que realizará licitação, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS**,** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço **POR ITEM**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais atos normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as disposições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A **Prefeitura Municipal** abrirá prazo para o cadastramento eletrônico das propostas de preços e envio dos documentos de habilitação pela plataforma eletrônica portal de compras públicas**,** compreendido entre 12/07/2024 a 24/07/2024.

1.3. O prazo para envio das propostas de preços e demais documentos se encerrará 15 (quinze) minutos antes do início da sessão pública, ou seja: os interessados devem enviar a documentação necessária até as **08h45min -** horário de Brasília/DF do dia **24/07/2024.**

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão distribuídos conforme discriminado no **Anexo** I – Termo de Referência.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A Sessão deste **PREGÃO ELETRÔNICO** será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

3.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de compras públicas, por meio do sítio https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/ .

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de compras públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.4. Para acesso ao sistema de aquisições, será disponibilizado à empresa cadastrada um login e senha, pessoal e intransferível. Esse procedimento não substitui os documentos de habilitação solicitados no **item 16** deste Edital.

3.5. Os interessados em se credenciar no Portal de compras públicas poderão obter maiores informações na página https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/ podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.
3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
3.6.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(ao) Prefeitura Municipal de Rurópolis responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
3.6.2. O credenciamento junto ao Portal de compras públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
3.6.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
3.7. O Pregão será conduzido pela Prefeitura Municipal de Rurópolis com apoio técnico e operacional do Portal do portal de compras públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.
3.8. Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema do portal de compras púbicas sua proposta de preços, conforme **item 13** deste Edital.
3.9. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
3.10. Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos.
3.11. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica do portal de compras públicas, por meio do sítio https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/ e as especificações constantes no Termo de Referência, **PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO** prevalecerão às últimas.
3.12. Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.
3.13. Não poderão disputar esta licitação:
3.13.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
3.13.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
3.13.3. Aqueles que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalvados os que tenham plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz e possam apresentar habilitação.
3.13.4. Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
3.13.4.1. Da justificativa para a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Administração poderá adotar ou não consórcios na licitação, esta admissibilidade depende da característica da licitação, devendo ser observado a complexidade do objetivo, seja no âmbito financeiro ou no âmbito da magnitude da licitação. Porém, é notório que licitação em questão possui um objeto simples e muito comum, bem como um orçamento relativamente baixo, por este motivo houve a supressão desta possibilidade.
b) Ainda nesta esteira é importante destacar que as doutrinas e jurisprudências pátrias são unânimes em

reconhecer que a permissão/autorização de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Acórdão 1636/2007 – TCU - Plenário, Acórdão 566/2006 – TCU – Plenário.

c) No mesmo sentido: o Acórdão 1240/2008 – TCU - Plenário: "*A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras,* ***permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital****, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. A Lei deixa à discricionariedade administrativa a decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio, porém ao permitida a administração deverá observar as disposições contidas no art. 33, da Lei no 8.666/1993, não podendo estabelecer condições não previstas expressamente na Lei, mormente quando restritivas ao caráter competitivo da licitação". (Grifo nosso).*

d) Face ao exposto, por tratar-se de uma aquisição de pouca complexidade e quantitativo baixo, se comparado as grandes contratações, esta Administração entendeu que não há necessidade de permitir a participação de empresas reunidas em consócios.

3.13.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

3.13.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.13.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13.6.2. Aquele que de forma isolada ou em consórcio, for responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.13.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.13.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.13.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13.11. A vedação estabelecida no item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

3.14.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.14.2. O impedimento de que trata o **item 3.14.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
3.14.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
3.14.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
3.14.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
3.15. No caso de MPE's (Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual), para participação é obrigatória a identificação no sistema da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
3.16. Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
3.17. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 124/2006 e art. 24 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com exclusividade do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 124/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.
3.18. Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
3.19. O licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.
3.20. Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.
3.21. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

4.1. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 124/2006, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com exclusividade do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 124/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.
4.1.1. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 124/2006, deverá selecionar a opção na plataforma eletrônica do Portal de compras públicas: <Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor

Individual>, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

4.1.2. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta acarretará preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 124/2006.

4.1.1 Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.1.2 O licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

4.1.3 Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 124/2006 e do art. 21, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme **subitem 16.9.2** deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

4.2.1.1 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverá assinalar no respectivo campo da Plataforma do portal de compras públicas, no momento do credenciamento, conforme descrito no **subitem 12.2** deste Edital;

4.2.1.2 Será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2.1.3 Este tratamento favorecido somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

4.2.1.4 O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 4.2.1.2,** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.4. Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, nos termos dos arts. 151 e 156 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

4.5. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal**.**

4.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.7.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.7.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.7.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
4.7.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
4.7.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e produtos/serviços produzidos ou prestados por:
4.7.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
4.7.5.2. Empresas brasileiras;
4.7.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4.7.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
4.8. A obtenção dos benefícios a que se refere este tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5. REFERÊNCIAS DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. **Este Pregão não se destina à formação de registro de preços**.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto contratado conforme solicitação da **CONTRATANTE**, nos termos prescritos no Termo de Referência, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:
7.1.1. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a qualidade e quantidade dos serviços, devendo rejeitar qualquer objeto que esteja em desacordo com o especificado no Termo de Referência.
7.2. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato, exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
7.3. Os serviços rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, deverão ser substituídos/refeitos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado através de ordem de pagamento em favor do CONTRATADO, depositado em conta corrente do CONTRATADO, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, desde que seja apresentada a (s) respectiva (s) Nota (s) fiscal (is).
8.2. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório dos serviços prestados/executados e fornecidos.
8.3. Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho e Autorização de Fornecimento correspondente.
8.4. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência

referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

8.6. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto.

8.7. Em caso de atraso no pagamento por parte da **Secretaria**, o valor do montante será atualizado financeiramente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, bem como incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e juros de mora de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia de atraso e serão pagas por meio de crédito em conta corrente, conforme as regras contidas no item anterior, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

8.8. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

8.9. A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior Comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

8.10. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;

8.11. O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

9. DA RECUSA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;

b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação;

c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;

d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

9.2. A **Prefeitura Municipal**, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

10. DO RECEBIMENTO DO CONTRATO

10.1. Os serviços/produtos serão recebidos provisoriamente pela fiscal do contrato de forma sumária, no ato da entrega do equipamento ou bens ou serviços revisados, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.2. Os equipamentos ou bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do equipamento ou bens ou serviços consequentes aceitação mediante termo detalhado.
10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor da Lei 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar edital** de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**.
11.1.1. A **resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento** será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
11.1.2. Os pedidos deverão ser encaminhados a **Prefeitura Municipal**, exclusivamente via plataforma eletrônica do portal de compras públicas, sendo direcionado ao agente de contratação, a quem caberá responder e divulgar sua resposta no mesmo sistema até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.
11.1.3. O agente de contratação não está obrigado a receber Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos apresentados fora do prazo, mas mesmo que intempestivo, para fins de se resguardar e também a Administração.
11.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
11.2. Em impugnações e pedidos de esclarecimentos, é facultado o agente de contratação solicitar manifestações de profissionais com conhecimento sobre o objeto licitado, ou ainda, aos setores contábil e financeiro do próprio Órgão licitante ou entidade promotora da licitação.
11.2.1. Também é facultado solicitar análise das **impugnações** e pedidos de esclarecimentos à Assessoria Jurídica.

11.3. Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.
11.4. Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.
11.5. Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a realização do PREGÃO ELETRÔNICO apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.

12. CREDENCIAMENTO

12.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico do portal de compras públicas, disponível no site https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/ que será acessado mediante a inclusão do login e senha pessoal, disponibilizado à empresa inscrita no Portal do Portal de compras públicas.

12.2. Ao acessar o sistema, o licitante deverá:

a) Localizar o Pregão de interesse, acessando as opções localização dispostas no portal.
b) Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar.
c) Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
d) A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 124/2006 - em especial quanto ao seu art. 3º.
e) Para os itens exclusivos do processo licitatório, a não identificação no sistema impedirá a participação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual no referido item.
f) Serão estendidos às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
g) É de responsabilidade do licitante observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, para solicitar a concessão dos benefícios descritos no art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.
h) Realizadas os devidos preenchimentos no sistema, o licitante procederá à confirmação do credenciamento, e então poderá aceitar ou recusar os conteúdos dispostos no edital e na plataforma.
i) A recusa dos termos impedirá o licitante de participar do certame licitatório.
j) Ao aceitar os termos, o licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.
k) O Licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, estará sujeita a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.
l) Até a data e horário previstos no **subitem 1.3,** os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, encartar e/ou substituir documentos de habilitação exigidos no **item 16.** Após esse prazo os referidos documentos **NÃO** poderão ser alterados ou retirados pelos participantes.
m) A solicitação de credenciamento do responsável para representar os interesses do licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO.

n) É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo nos casos de representação para itens distintos.
o) Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento de fornecedores e das suas respectivas propostas poderão ser esclarecidas por meio de vídeos-aula, acessível pelo Portal do Portal de compras públicas, ou ainda pela sua equipe de suporte.

13. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES

13.1. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de do edital de licitação, são de **8 (oito) dias úteis**, de acordo com o art. 55, I, "a" da Lei 14.133/21.
13.1.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e até a data e hora limite estabelecidas no referido sistema eletrônico, respeitando o prazo mínimo disposto no subitem anterior, os licitantes deverão encaminhar, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, além de informado no campo disponível no sistema. Deverá anexar a via da proposta de preços em papel timbrado do licitante, registrada com assinatura digital padrão ICP-Brasil do representante legal da licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
13.1.2. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.
13.1.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.2. O modo de disputa poderá será o "**aberto".**
13.2.1. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
13.2.3. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá admitir o reinício da **disputa aberta**, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.
13.3. Os intervalos de lances será conforme a programática da plataforma portal de compras públicas.

14. ABERTURA DA SESSÃO, ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E ETAPA DE LANCES

14.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta sob comando do agente de contratação e será realizada de forma eletrônica, no portal de compras públicas.
14.2. Após a abertura da proposta pelo agente de contratação, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.
14.3. O conteúdo da proposta não poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais.
14.4. A proposta readequada devera vim acompanhada de composição de custo para cada item que for arrematado, os envios têm por obrigatoriedade ocorrer exclusivamente pela plataforma do portal de compras públicas. A ausência recairá na desclassificação da proposta apresentada.
14.5. Quando for o caso, o agente de contratação poderá, no interesse da Administração Pública, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.
14.6. Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos será considerada.

14.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
14.8. A comunicação entre o agente de contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo no próprio do sistema eletrônico.
14.9. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar seus lances sucessivos, os quais serão feitos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o modo de disputa fixado neste Edital.
14.10. Durante a fase de lances, o agente de contratação poderá excluir, justificadamente a pedido do licitante, lance cujo valor seja manifestamente inexequível, permanecendo válido o último lance ofertado.
14.11. O sistema informará a melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.
14.12. O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços Eletrônica após o término da etapa de lances.
14.13. Na hipótese de desconexão do agente de contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.
14.14. Quando ocorrer a desconexão do sistema portal de compras públicas e está a persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após **COMUNICADO** expresso aos participantes por meio do portal de compras públicas, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.
14.15. Encerrada a etapa de lances e/ou negociação, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
14.16. O Agente de contratação convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada, de preferência, seguindo o modelo constante no anexo II, em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.
14.16.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Agente de contratação, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
14.17. O não envio da proposta ajustada por meio da plataforma eletrônica com todos os requisitos elencados no modelo do anexo II, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de contratação acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

15. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1. Serão **desclassificadas** as propostas que:
I - Contiverem vícios insanáveis;
II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
VI – Não apresentarem a composição de preço unitário para cada item que for arrematado, os envios têm por obrigatoriedade ocorrer exclusivamente pela plataforma do portal de compras públicas. A ausência recairá na desclassificação da proposta apresentada.
VII – Que apresentar prazo de validade da **proposta inferior a 90 (noventa) dias corridos**, contados da data prevista para abertura da licitação.
VIII – Que não apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no §1º do Art. 63 da Lei nº 14.133/21.

15.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.1.2. É Facultativo o Agente de contratação realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no **subitem IV do item 15.1.**

15.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15.4. As regras previstas no **item 15.2** não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 124, de 14 de dezembro de 2006.

15.5. Definido o resultado do julgamento, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

15.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.5.2. A negociação será conduzida pelo agente de contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

15.5.3. A proposta de preços e documentação deverá ser apresentada em **PDF UNICO**, **sob pena de inabilitação**, não serão aceitos em "**PASTA ZIPADA"**, devendo a licitante limitar-se a enviar, exatamente, os documentos da habilitação prevista no edital.

NOTA IMPORTANTE: Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em meio digital pelas licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), em arquivo único no formato **PDF**, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Compras públicas.

16. HABILITAÇÃO

16.1. Com intuito de agilizar a verificação da documentação da licitante, não será aceito envio da documentação da habilitação em "**pasta zipada",** devendo a licitante limitar-se a enviar, exatamente, os documentos da habilitação prevista no edital. Se, ainda assim, forem detectados documentos da habilitação em pasta "zipada", a licitante será inabilitada

Encerrada a fase de julgamento das propostas e apresentação de recurso ou não, o agente de contratação avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo agente de contratação durante a sessão, será publicada em Imprensa Oficial e no

Sistema do portal de compra públicas, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

16.2. A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma do Capitulo VI da Lei nº 14.133/2021, e ainda, as exigências dispostas neste edital.

16.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta vencedora, o agente de contratação verificará o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, que será realizada mediante consulta nos seguintes cadastros:

16.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

16.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

16.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

16.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992 (Redação dada pela Lei nº 14.240 de outubro de 2021), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

16.9. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados, são os seguintes:

16.9.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

16.9.1.1 No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

16.9.1.2. Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

16.9.1.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

16.9.1.4. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

16.9.1.5. No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

16.9.1.6. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.9.1.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

16.9.1.8. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.9.1.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
16.9.1.10. Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.
16.9.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última consolidação respectiva.

16.9.2. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:
16.9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
16.9.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
16.9.2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
16.9.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf .
16.9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011).
16.9.2.6. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.
16.9.2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

16.9.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
16.9.3.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
I - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
II - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
16.9.3.2. Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial.
16.9.3.3. Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta Comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador assumindo responsabilidade pelas informações contidas no balanço com o respectivo CRC.
16.9.3.4. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 124/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:
- Apresentar o Balanço Patrimonial na forma da lei.
16.9.3.5. A partir dos dados do balanço, deverão ser calculados os seguintes índices, como condição para a habilitação.
16.9.3.6. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais,

relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

16.9.3.7. No caso de sua recém-constituição, poderá a licitante apresentar balanço de abertura, que comprove a boa situação financeira da empresa.

16.9.3.8 . Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.10. A documentação referida no item 16.9.3 poderá ser:

I - Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pelo Agente de contratação;

II - Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - Dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

IV - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

16.11. Documentação Complementar:

16.11.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

16.11.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.11.4. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

16.11.5. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

16.11.6. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

16.11.7. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
16.11.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
16.11.9. Declaração de inidoneidade fornecido pela CPL, devendo ser solicitado até 72 (setenta e duas) horas antes da abertura da sessão da licitação, onde será diligenciado para buscar informações se empresa tem alguma sanção, inexecução ou qualquer ato que desabone a empresa licitante , junto as Secretarias Municipais de Rurópolis e na CPL de Rurópolis, devendo ser solicitado exclusivamente através do e-mail licitacao@ruropolis.pa.gov.br , caso seja solicitado em outro e-mail a solicitação será considerada como não protocolada e a CPL não será obrigada a fornecer a declaração de idoneidade da empresa.
16.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

16.13. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC 124/2006:
16.13.1. Declaração de que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.
16.13.2. Declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
16.13.3. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa, cuja condição de ME/EPP será atestada por meio do balanço patrimonial exigido no **subitem 16.9.3.**
16.13.4. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.
16.13.5. Em relação aos licitantes organizados na forma de cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme Anexo I - item 11.4 da INSTRUÇÃO NORMATIVA 01, DE 17 JANEIRO DE 2020:
a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei 5.764 de 1971.
b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.
d) Registro previsto na Lei 5.764, de 1971, art. 107.
e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
f) Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971.

16.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
a) Ata de fundação;
b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
g) Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.14. Da qualificação técnica:
16.14.1. É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica do licitante para executar o objeto contratual, no intuito de garantir contratações de empresas aptas e com capacidade técnico-operacional suficientes para atender de forma satisfatória o objeto desta licitação.
16.14.2. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
16.14.3. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante. O(s) Atestado(s) deverá(ão):

a) Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o agente de contratação possa valer-se para manter contato com os declarantes;
b) Referir-se ao objeto licitado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB; Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);
c) Ser emitido por empresa que não integre o mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
d) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.
e) Alvara Sanitário ou Licença Sanitária expedida pela vigilância sanitária estadual ou municipal da sede do licitante.
f) Autorização de funcionamento emitido pela ANVISA.

16.14.4. Serão exigidos os documentos abaixo, apenas do licitante declarado provisoriamente vencedor, como condição para assinatura do futuro contrato, sob pena de desclassificação, e consequentemente a convocação o segundo colocado:

a) Alvará de funcionamento emitido pelo órgão competente da sede da licitante;

16.14.5. O prazo estabelecido pelo Agente de contratação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Agente de contratação.
16.14.6. Caso o Agente de contratação (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os produtos/serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

16.14.6. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este Termo de Referência.

16.15. Das disposições gerais sobre os documentos de habilitação:

16.15.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

16.15.2. Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

16.15.3. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

16.15.4. Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante o uso de certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

16.15.5. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

16.15.6. Ao agente de contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

16.15.7. A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.

16.15.8. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, restringe-se à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo agente de contratação.

16.15.9. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.

16.15.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

16.15.11. Os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

16.15.12. A apresentação de novas propostas, conforme descrito acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.15.13. Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitadas e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor.

17. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

17.1. Não será exigida apresentação de amostras nesta licitação.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. **Este Pregão não se destina à formação de registro de preços**.

19. RECURSOS

19.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo os motivos de forma resumida em **campo próprio do Sistema Eletrônico** no prazo de 10 (dez) minutos.

19.2. Após a manifestação no sistema, será concedido o **prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) Julgamento das propostas;
c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) Anulação ou revogação da licitação;
e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

19.3. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas exclusivamente (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do portal de compras públicas, respeitando o prazo.

19.4. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos alíneas "**julgamento das propostas**" e "**ato de habilitação ou inabilitação de licitante**" do inciso, serão observadas as seguintes disposições:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no **subitem 21.2** será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;
b) A apreciação dar-se-á em fase única.

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

19.6. O prazo para apresentação de **contrarrazões será o mesmo das razões do recurso** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

19.7. Pedido de reconsideração, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

19.8. Na hipótese de haver recurso contra decisão em um determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

19.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.

19.10. A decisão será disponibilizada por meio do portal de compras públicas, na área pública, junto ao Edital.

20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21. CONTRATO

23.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado contrato com a Adjudicatária, com vigência de até 31/12/2024, contados a partir da data de sua assinatura, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

23.2. A minuta integral do contrato é parte integrante deste Edital, constante no **Anexo III** deste instrumento convocatório.

23.3. A cada 06 (seis) meses será realizada avaliação pelo fiscal do contrato acerca da regularidade e qualidade no cumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, como condição para continuidade contratual, o que poderá ensejar a rescisão e a realização de nova licitação para o objeto contratado.

23.4. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações, serão aquelas previstas no Termo de **Referência** e minuta do contrato, anexos a este Edital.

24. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas para atender a esta demanda estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2024:

Unidade Orçamentária: 1010 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto atividade: 10.301.0004.2.066 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 15001002

Projeto atividade: 10.301.0004.2.068 – MANUTENÇÃO DAS UBS/SAUDE DA FAMILIA MANTER OS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BASICA

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 16000000, 16210000

Projeto atividade: 10.303.0004.2.079 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA MANTER O PROGRAMA DE FARMACIA BASICA

Classificação econômica: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serv. p/dist. gratuita

Fonte: 16000000, 16210000

Projeto atividade: 10.303.0004.2.074 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL/PROGRAMA MAC, MANTER O FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 15001002,16000000,16210000

24.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostila mento.

25. INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

25.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
25.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
25.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
25.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
25.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
25.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
25.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
25.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
25.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
25.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
25.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
25.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do contratado farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.
26.2. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de novo documento.
26.3. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
26.4. A autoridade competente ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa:
26.4.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
26.4.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
26.5. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao Órgão, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.
26.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
26.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.
26.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.
26.9. O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retificações e publicações posteriores, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (FAMEP), diário oficial da união DOU, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como disponibilizado, no portal de compras públicas, no link: https://www.portaldecompraspúblicas.com.br/**.**

26.10. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.
26.11. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.
26.12. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observado e informado no aviso e no Edital o horário local do órgão promotor da licitação (Município de Rurópolis/PA) e o horário de Brasília.
26.13. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.
26.14. São partes integrantes deste Edital:

18.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;
18.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
18.13.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;
18.13.4. ANEXO V – Modelo de Declarações.

Rurópolis – PA, 12 de julho de 2024.

JOSE EDILSON MACHADO LIMA:01599050285
Assinado de forma digital por JOSE EDILSON MACHADO LIMA:01599050285 Dados: 2024.07.12 09:30:42 -03'00'

JOSÉ EDILSON MACHADO LIMA
Agente de contratação
Portaria. 004/2024

FRANCISCA SOARES SCHOMMER:19577320244
Assinado de forma digital por FRANCISCA SOARES SCHOMMER:19577320244 Dados: 2024.06.29 09:35:04 -03'00'

FRANCISCA SOARES SCHOMMER
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 063/2021.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS DA SECRETARIA DEMANDANTE

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.352.501/0001-16
Endereço: Rua 10 de Maio, 125, Centro
CEP: 68.165-0000
Cidade: Rurópolis
E-mail: licitacaosemsarur@hotmail.com

2. DA UNIDADE REQUISITANTE, OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O município de Rurópolis/PA, através da Secretaria Municipal de Saúde, pretende, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.246/2022 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados neste Termo de Referência.

2.2. A contratação do referido objeto será realizada observando critério de **MENOR PREÇO POR ITEM,** considerando o fornecimento do produto/serviço, de forma parcelada pela Unidade Requisitante.

2.3. A detalhamento do objeto está especificada conforme tabela referência, componente deste Termo, cujo quantitativo atende às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 O objeto do presente termo de referência CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS, cujas **especificações gerais, descrição dos itens e quantitativos encontram-se dispostos na tabela abaixo**.

ITEM	QUANT	APRES	DESCRIÇÃO	V.MÉDIO
1	25	CAIXA C/ 8 UNIDADES	ABSORVENTE PÓS PARTO TAM: ÚNICO INDICADO PARA INCONTINÊNCIA LEVE - PÓS OPERATÓRIO - PÓS PARTO - USO DIA E NOITE EM CASOS GERIÁTRICOS - CAMADA MACIA ANTI-ALÉRGICA, - CAMADA PLÁSTICA IMPERMEÁVEL, - GEL SUPERABSORVENTE, - DESCARTÁVEL	R$ 22,71
2	350	CAIXA	AGULHA 13 X 4,5 AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONF. NR 32, ESTÉRIL, ATÓXICA, EPIROGÊNICA DE USO ÚNICO, PODE SER CONECTADA A QUALQUER SERINGA DE BICO LUER LOCK OU LUER SLIP, COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL, TRI FACETADO E SILICONADO, CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO, CÂNULA EM AÇO INOX, CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS, ESTERILIZADAS E EMBALADAS	R$ 15,88

			INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO M.S., º. LOTE.	
3	600	CAIXA	AGULHA 20 X 5,5AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONF. NR 32, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA DE USO ÚNICO, PODE SER CONECTADA A QUALQUER SERINGA DE BICO LUER LOCK OU LUER SLIP, COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL, TRIFACETADO E SILICONIZADO, CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO, CÂNULA EM AÇO INOX, CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROSATÓXICOS, ESTERILIZADAS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO M.S.,Nº. LOTE.	R$ 18,95
4	600	CAIXA	AGULHA 25 X 6 AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONF. NR 32, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA DE USO ÚNICO, PODE SER CONECTADA A QUALQUER SERINGA DE BICO LUER LOCK OU LUER SLIP, COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL, TRIFACETADO E SILICONIZADO, CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO, CÂNULA EM AÇO INOX, CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROSATÓXICOS, ESTERILIZADAS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO M.S.,Nº. LOTE.	R$ 21,78
5	1.200	CAIXA	AGULHA 25 X 7 AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONF. NR 32, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA DE USO ÚNICO, PODE SER CONECTADA A QUALQUER SERINGA DE BICO LUER LOCK OU LUER SLIP, COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL, TRIFACETADO E SILICONIZADO, CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO, CÂNULA EM AÇO INOX, CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROSATÓXICOS, ESTERILIZADAS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO M.S.,Nº. LOTE.	R$ 67,45
6	1.000	CAIXA	AGULHA 40 X 12 AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONF. NR 32, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA DE USO ÚNICO, PODE SER CONECTADA A QUALQUER SERINGA DE BICO LUER LOCK OU LUER SLIP, COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL, TRIFACETADO E SILICONIZADO, CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO, CÂNULA EM AÇO INOX, CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROSATÓXICOS, ESTERILIZADAS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO M.S.,Nº. LOTE.	R$ 16,99
7	50	FRASCO	ÁLCOOL EM GEL 70 % PARA ASSEPSIA DAS MÃOS. COMPOSIÇÃO: SEQUESTRA-TE, POLÍMEROS, AGENTE DE NEUTRALIZAÇÃO E ÁGUA DEIONIZADA, ENVASADO EM GALÃO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 5 LITROS, EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, Nº. LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	R$ 75,68

8	2000	FRASCO	ÁLCOOL ETÍLICO HOSPITALAR LÍQUIDO 70% - PARA ANTISSEPSIA DA PELE, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 1 LITRO. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, Nº. LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	R$ 9,09
9	80	PACOTE	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM PACOTE C/ 12 UNIDADES. EM MANTA UNIFORME, COR CLARA, SEM IMPUREZAS E FARPAS, 100CM DE COMP., EMBALAGEM QUE CONTENHA DADOS DE ROTULAGEM CONFORME PORTARIA MS-SVS N1.	R$ 17,08
10	60	UNIDADE	ALMOTOLIA PLÁSTICA ESCURA 250ML BICO RETO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 100ML, COMPOSTA DE 3 PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADO E TAMPA; CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM PLÁSTICO APROPRIADO, RESISTENTE, FLEXÍVEL, BISNAGA INTEIRIÇA, COR ÂMBAR, COM PAREDES UNIFORMES EM SUA ESPESSURA E DIÂMETRO REGULAR EM TODA EXTENSÃO: PARA USO DE LÍQUIDOS QUE SOFREM COM A LUZ.	R$ 4,15
11	100	UNIDADE	APARELHO DE GLICEMIA ON CALL PLUS	R$ 60,26
12	120	UNIDADE	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL COM 03 LÂMINAS	R$ 6,11
13	1500	PACOTE C/ 12 ROLOS	ATADURA DE CREPE (ELÁSTICA) 15CM X 2,20 M (REPOUSO), COMPOSIÇÃO 54% POLIAMIDA, 23% ALGODÃO, 23% POLIÉSTER, CONFECCIONADO EM ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE LANUGENS, IMPUREZAS, NÃO ABRASIVA, BORDAS DELIMITADAS SEM FIOS SOLTOS E SEM DESFILAMENTOS, COM CERTIFICAÇÕES REGISTRO ANVISA, NBR Nº14056 - PORTARIA 106/2003 - INMETRO, PACOTE CONTENDO 12 ROLOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO DADOS DE PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº LOTE. TIPO CREMER.	R$ 10,62
14	1500	PACOTEC 12 ROLOS	ATADURA DE CREPE (ELÁSTICA) 10CM X 2,20 M (REPOUSO), COMPOSIÇÃO 54% POLIAMIDA, 23% ALGODÃO, 23% POLIÉSTER, CONFECCIONADO EM ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE LANUGENS, IMPUREZAS, NÃO ABRASIVA, BORDAS DELIMITADAS SEM FIOS SOLTOS E SEM DESFILAMENTOS, COM CERTIFICAÇÕES REGISTRO ANVISA, NBR Nº14056 - PORTARIA 106/2003 - INMETRO, PACOTE CONTENDO 12 ROLOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO DADOS DE PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº LOTE. TIPO CREMER.	R$ 5,92
15	25	PACOTEC/ 12 ROLOS	ATADURA DE CREPE (ELÁSTICA) 05CM X 2,20 M (REPOUSO), COMPOSIÇÃO 54% POLIAMIDA, 23% ALGODÃO, 23% POLIÉSTER, CONFECCIONADO EM ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE LANUGENS, IMPUREZAS, NÃO ABRASIVA, BORDAS DELIMITADAS SEM FIOS SOLTOS E SEM DESFILAMENTOS, COM CERTIFICAÇÕES REGISTRO PCTE 12 rolos. ANVISA, NBR Nº14056 - PORTARIA 106/2003 - INMETRO, PACOTE CONTENDO 12 ROLOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO DADOS DE PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº LOTE.	R$ 14,37
16	200	PACOTE	ATADURA GESSADA 06 CM CX C/ 20 UNIDADES. ATADURAS DE GAZE IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFILAMENTO, ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO, CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR. CONFORME A PORTARIA MS-SVS N 1 DE 23/01/96.	R$ 30,25
17	2000	UNIDADE	ATADURA GESSADA 10 CM. ATADURA DE GAZE IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFILAMENTO,	R$ 2,96

			ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO, CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR. CONFORME A PORTARIA MS-SVS N 1 DE 23/01/96.	
18	2000	UNIDADE	ATADURA GESSADA 15 CM. ATADURA DE GAZE IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFILAMENTO, ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO, CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR. CONFORME A PORTARIA MS-SVS N 1 DE 23/01/96.	R$ 6,51
19	1800	UNIDADE	ATADURA GESSADA 20 CM. ATADURAS DE GAZE IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFILAMENTO, ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO, CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR. CONFORME A PORTARIA MS-SVS N 1 DE 23/01/96.	R$ 5,27
20	2000	UNIDADE	AVENTAL DESCARTÁVEL BRANCO COM MANGA LONGA	R$ 4,75
21	300	UNIDADE	AVENTAL IMPERMEÁVEL BRANCO COM MANGA LONGA	R$ 6,81
22	240	KIT	AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL, USO ÚNICO.	R$ 4,77
23	1	UNIDADE	BOLA TIPO FEIJÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INFLÁVEL, CAPACIDADE:ATÉ 250 KG, DIMENSÃO:100 X 40 CM	R$ 138,77
24	5	UNIDADE	BALÃO DE OXIGENIO BORRACHA(EQUIPAMENTO DE LÁTEX DESTINADO A ACUMULAR GASES A SEREM INSPIRADOS PELO PACIENTE FABRICADOS CONFORME NORMA 9257 DA ABNT)	R$ 129,00
25	2000	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA 2000 ML SISTEMA FECHADO	R$ 8,01
26	3	UNIDADE	BOLSA P/ AGUA QUENTE	R$ 58,22
27	300	UNIDADE	BOLSA P/COLOSTOMIA C/PLACA ADESIVA DE CARBOMETIL CELULOSE (DRENAGEM ABERTA)	R$ 20,68
28	10	UNIDADE (FRASCO)	BLOQUEADOR SOLAR – FRASCO COM 200 ML (PROTETOR) SOLAR UVA/UVB FPS 60 LOÇÃO CREMOSA, NÃO OLEOSA AGINDO CONTRA AÇÃO NOCIVA DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS DOS TIPOS UVA E UVB EMITIDAS PELAS RADIAÇÕES SOLARES, COM VITAMINA E + ALGAS MARINHAS. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, Nº. FR. 350 25 LOTE E REGISTRO ANVISA.	R$ 54,54
29	15	UNIDADE	CÂNULA DE GUEDEL FABRICADO EM PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, INODORAS E COLORIDAS NA BASE DE ACORDO COM O TAMANHO: Nº 2 - COR PRETA - 8 CM.	R$ 7,50
30	15	UNIDADE	CÂNULA DE GUEDEL FABRICADO EM PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, INODORAS E COLORIDAS NA BASE DE ACORDO COM O TAMANHO Nº 3 - COR BRANCA -9 cm	R$ 6,15
31	15	UNIDADE	CÂNULA DE GUEDEL FABRICADO EM PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, INODORAS E COLORIDAS NA BASE DE ACORDO COM O TAMANHO Nº4 - COR VERDE-10 cm	R$ 8,46
32	15	UNIDADE	CÂNULA DE GUEDEL FABRICADO EM PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, INODORAS E COLORIDAS NA BASE DE ACORDO COM O TAMANHO Nº 6 - COR VERMELHA - 12 CM.	R$ 4,39
33	10	UNIDADE	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA PVC C/ BALÃO 6.5 ESTÉRIL, PROPORCIONA UMA RIGIDEZ SUFICIENTE PARA A INSERÇÃO INICIAL, MACIEZ A TEMPERATURA DO CORPO, ANGULAÇÃO DE 105 GRAUS PARA SE ADEQUAR À ANATOMIA DA TRAQUEIA, FLANGE DE FIXAÇÃO TRANSPARENTE E MACIA GARANTINDO MÁXIMO CONFORTO AO PACIENTE.	R$ 33,23
34	10	UNIDADE	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA PVC C/ BALÃO 8.0 ESTÉRIL, PROPORCIONA UMA RIGIDEZ SUFICIENTE PARA A INSERÇÃO INICIAL, MACIEZ A TEMPERATURA DO CORPO, ANGULAÇÃO DE 105 GRAUS PARA SE ADEQUAR À ANATOMIA DA	R$ 75,61

			TRAQUEIA, FLANGE DE FIXAÇÃO TRANSPARENTE E MACIA GARANTINDO MÁXIMO CONFORTO AO PACIENTE.	
35	1.200	UNIDADE	CATETER IV 14 G 1,70X45MM	R$ 3,18
36	2	KIT	CATETER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) 2.8FR 20 CM -KIT CONTENDO:• CATETER PICC COM LINE PROTETOR. • PINÇA PLÁSTICA. • FITA MÉTRICA ADESIVADA. • INTRODUTOR BIPARTIDO	R$ 1.233,34
37	2	KIT	CATETER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) 4FR 50 CM -KIT CONTENDO:• CATETER PICC COM LINE PROTETOR. • PINÇA PLÁSTICA. • FICA MÉTRICA ADESIVADA. • INTRODUTOR BIPARTIDO	R$ 2.060,36
38	1.600	UNIDADE	CATETER IV 16 G 1,70 X 45 MM	R$ 2,16
39	2000	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO Nº. 18G, (1,3 X 45 MM – VERDE) COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, CONFORME NR 32, AGULHA COM INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA ASSEGURA UMA FÁCIL PUNÇÃO, COR DO CANHÃO VERDE, COMPRIMENTO DO CATETER 1- 1/4” (45 MM), AGULHA 0,78 MM”. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO ESTÉRIL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, Nº. LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 4,60
40	3000	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO Nº. 20G, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, CONFORME NR 32, AGULHA COM INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA ASSEGURA UMA FÁCIL PUNÇÃO, COR DO CANHÃO ROSA, COMPRIMENTO DO CATETER 1-1/4” (32 MM), AGULHA 0,70MM.”. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO ESTÉRIL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, Nº. LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 1,69
41	25.000	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO Nº. 22G, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, CONFORME NR 32, AGULHA COM INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA ASSEGURA UMA FÁCIL PUNÇÃO, COR DO CANHÃO AZUL, COMPRIMENTO DO CATETER 1-1"(25 MM), AGULHA 0,55 MM”. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO ESTÉRIL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, Nº. LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 1,61
42	25.000	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO Nº. 24G, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, CONFORME NR 32, AGULHA COM INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA ASSEGURA UMA FÁCIL PUNÇÃO, COR DO CANHÃO AMARELA, COMPRIMENTO DO CATETER 3/4” (20 MM), AGULHA 0,45 MM”. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO ESTÉRIL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, Nº. LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 1,49
43	3000	UNIDADE	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS ADULTO. CONECTOR UNIVERSAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO, CONTENDO TUBO FABRICADO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) ATÓXICO, FLEXÍVEL NA COR VERDE. NARINAS ANATÔMICAS EM PVC MACIO, ATÓXICAS. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	R$ 4,92
44	600	UNIDADE	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS PEDIÁTRICO. CONECTOR UNIVERSAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO, CONTENDO TUBO FABRICADO EM CLORETO DE	R$ 6,52

			POLIVINILA (PVC) ATÓXICO, FLEXÍVEL NA COR VERDE. NARINAS ANATÔMICAS EM PVC MACIO, ATÓXICAS. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	
45	150	FRASCO	CLOREXIDINE TÓPICO 1000 ML	R$ 17,45
46	50	PACOTE	CLAMP UMBILICAL PACOTE C/ 100	R$ 44,47
47	200	FRASCO	CLOREXIDINE DEGERMANTE 1000 ML	R$ 32,87
48	80	UNIDADE	COLAR CERVICAL C/ ARMAÇÃO EM ACRÍLICO TAMANHO G CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDA, EMBORRACHADA. POSSUI DOIS CINTOS IMOBILIZADORES REGULÁVEIS PARA TESTA E QUEIXO DO PACIENTE A IMOBILIZAR. PRESO EM VELCRO AO TECIDO QUE VESTE A TÁBUA (PRANCHA) DE RESGATE EM QUALQUER LARGURA. BASE FIXADA NA PRANCHA 40 X 25 CM. LATERAIS FIXADA NA BASE 25 X 16 X 0,9 CM.	R$ 23,15
49	20	UNIDADE	COLCHAO CAIXA DE OVO FECHADO ANTI ESCARAS SOLTEIRO	R$ 267,38
50	20	UNIDADE	COLCHÃO D' ÁGUA NORMAL SOLTEIRO	R$ 166,28
51	10	UNIDADE	COLCHÃO HOSPITALAR D33 88X188X12 SOLTEIRO (COR: AZUL)	R$ 594,30
52	10	UNIDADE	COLCHÃO COM CICLO DE AR PARA PREVENÇÃO DE ESCARAS - 127V EM VINIL RESISTENTE, FLEXÍVEL E IMPERMEÁVEL COMPOSTO DE 130 CÉLULAS UNIFORMES CICLO DE AR ALTERNADO QUE ESTIMULA E MASSAGEIA OS TECIDOS INATIVOS, PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO TAMANHO ÚNICO (SOLTEIRO) - DIMENSÕES INFLADO: 198CMX89CMX6CM	R$ 482,66
53	20	UNIDADE	COLCHÃO CAIXA DE OVO	R$ 200,13
54	3.000	UNIDADE	COLETOR DE MATERIAIS PERFURO CORTANTES CAPACIDADE 13 LITROS CONFECCIONADA EM PAPELÃO ONDULADO RESISTENTE À PERFURAÇÃO, COM SACO PLÁSTICO E REVESTIMENTO INTERNO PARA DESCARTE DE OBJETOS, COM ALÇAS EXTERNAS, TAMPA DE SEGURANÇA COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURANÇA, ESTANDO DE ACORDO COM A NORMA IPT NEA 55 E AS NORMAS ABNT NBR 7500. EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 10 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO ANVISA.	R$ 8,61
55	120	PACOTE	COLETOR DE URINA INFANTIL PACOTE C/ 10	R$ 9,86
56	1500	UNIDADE	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DESCARTÁVEL, CAPACIDADE 2000 ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL APROPRIADO, COM ESCALA PARA MEDIR O FLUXO URINÁRIO, FUNDO ACHATADO PARA COMPLETO ESVAZIAMENTO DO COLETOR, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E REGISTRO ANVISA.	R$ 6,35
57	200	PACOTE	COMPRESSA CIRÚRGICA 50 CM X 45 CM PACOTE C/ 50 CREMER	R$ 84,13
58	8.000	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL 13 FIOS 7.5CM X 7.5 CM (DOBRADA) - EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES, ALTAMENTE ABSORVENTE NA COR BRANCA, ISENTO DE AMIDO, ALVEJANTE ÓTICOS, SUBSTANCIAS GORDUROSAS OU QUALQUER OUTROS COMPONENTES QUE POSSAM TRAZER RISCOS - 100% ALGODÃO HIDRÓFILO; 5 DOBRAS E 8 CAMADAS; ATÓXICA; APIROGÊNICA; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 10 COMPRESSA DE GAZES 13 FIOS; PRODUTO COM VALIDADE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS.	R$ 3,79

59	6	UNIDADE	DETECTOR FETAL DE MESA DIGITAL LCD COLORIDO COM BATERIA RECARREGÁVEL BIVOLT- FD300C	R$ 998,95
60	150	GALÃO	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS. PRINCÍPIO ATIVO O ORTOFTALALDEÍDO 0,55%, DESTINADO PARA A DESINFECÇÃO DE ARTIGOS SEMI-CRÍTICOS SENSÍVEIS AO CALOR, SENDO ARTIGOS DO USO ODONTO, MÉDICOS E HOSPITALARES. EMBALAGEM COM 05 LITROS.	R$ 272,93
61	150	GALÃO	DETERGENTE DE USO PROFISSIONAL P/ ARTIGOS MÉDICO-HOSPITALARES. DETERGENTE NEUTRO, COMPOSTO DE TENSO ATIVOS ANIÔNICOS. EMBALAGEM COM 05 LITROS.	R$ 121,36
62	12	UNIDADE	DETECTOR FETAL DIGITAL PORTÁTIL COM BATERIA RECARREGÁVEL	R$ 718,33
63	30	UNIDADE	DISPENSADOR PLÁSTICO PARA LUVAS DESCARTÁVEIS	R$ 98,36
64	30	PACOTE	DRENO CIRÚRGICO, DE PENROSE, LÁTEX ATÓXICO, COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, COM GAZE, Nº 1, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. PACOTE/ 12.	R$ 27,73
65	30	PACOTE	DRENO CIRÚRGICO, DE PENROSE, LÁTEX ATÓXICO, COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, COM GAZE, Nº 2, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. PACOTE/ 12.	R$ 30,38
66	30	PACOTE	DRENO CIRÚRGICO, DE PENROSE, LÁTEX ATÓXICO, COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, COM GAZE, Nº 3, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. PACOTE/ 12.	R$ 33,15
67	60	UNIDADE	DRENO DE SUCÇÃO (SANFONADO) SONDA GROSSA	R$ 54,31
68	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:12 FRENCH, COMPRIMENTO: CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 14,54
69	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:18 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 14,63
70	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL:PVC, CALIBRE:20 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 12,04
71	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:30 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 18,56
72	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:32 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 9,97
73	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:34 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 9,28
74	24	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:36 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL,	R$ 11,87

			DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	
75	24	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:38 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 11,78
76	12	UNIDADE	DRENO CIRÚRGICO, MODELO:TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:40 FRENCH, COMPRIMENTO:CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II:RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL UNIDADE	R$ 38,33
77	1200	UNIDADE	ELETRODO, APLICAÇÃO 1:P/ MONITORIZAÇÃO CARDÍACA - ECG, MODELO:DE SUPERFÍCIE, TIPO:ADESIVO, MATERIAL SENSOR:PRATA/PRATA CLORADA, ADICIONAL 1:C/ GEL CONDUTOR, TAMANHOS:ADULTO, ACESSÓRIO:S/ CABO, ESTERILIDADE:USO ÚNICO UNIDADE.	R$ 28,25
78	30.000	UNIDADE	EQUIPO MACRO GOTAS COM INJEÇÃO LATERAL	R$ 5,34
79	250	UNIDADE	EQUIPO MACRO GOTAS SIMPLES	R$ 1,65
80	6.000	UNIDADE	EQUIPO MICRO GOTAS COM INJEÇÃO LATERAL	R$ 5,34
81	300	UNIDADE	EQUIPO, TIPO DE EQUIPO:DE INFUSÃO, MATERIAL:PVC CRISTAL, COMPRIMENTO:MÍN. 120 CM, TIPO CÂMARA: CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, TIPO GOTEJADOR: MICROGOTAS, TIPO PINÇA:REGULADOR DE FLUXO, TIPO CONECTOR:LUER C/ TAMPA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL DESCARTÁVEL	R$ 4,71
82	5.000	UNIDADE	ESCOVA CIRÚRGICA EMBEBIDAEM SOLUÇÃO DEGERMANTE.	R$ 5,77
83	100	CAIXA	ENVELOPE DE AUTO SELANTE 09X26. CAIXA COM200 UNIDADES.	R$ 80,11
84	200	UNIDADE	ESFIGNOMANOMETRO COM ESTETOSCÓPIO ADULTO	R$ 134,00
85	10	CAIXA	FIO ALGODÃO 0 AGULHADO AZUL TORCIDO- CLASSE II-15X45 CM - ESTÉRIL. CX C/ 24.	R$ 86,10
86	10	CAIXA	FIO ALGODÃO 0 SEM AGULHA AZUL TORCIDO- CLASSE II-15X45 CM - ESTÉRIL. CX C/ 24.	R$ 75,21
87	12	CAIXA	FIO ALGODÃO 1 AGULHADO AZUL TORCIDO- CLASSE II-15X45 CM - ESTÉRIL. CX C/ 24.	R$ 86,85
88	6	CAIXA	FIO ALGODÃO 2 SEM AGULHA AZUL TORCIDO- CLASSE II-15X45 CM - ESTÉRIL. CX C/ 24.	R$ 92,45
89	144	UNIDADE	FIO ALGODÃO 2 AGULHADO AZUL TORCIDO- CLASSE II-15X45 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,73
90	6	CAIXA	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL. CX C/ 24.	R$ 220,35
91	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 3,97
92	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL - AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,43
93	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 9,08
94	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,61

95	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,71
96	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 2-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 10,36
97	864	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 2-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 9,98
98	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 3-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,45
99	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 9,95
100	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 9,76
101	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,47
102	144	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,47
103	488	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,41
104	488	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,54
105	488	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 1, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,30
106	1440	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 1, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 40 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,54
107	488	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 2, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,26
108	1440	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 2, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 4,81
109	720	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 2, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,31
110	360	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 2, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,31

111	720	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 3, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 2,5 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,58
112	1920	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 3, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,11
113	720	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 3, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,32
114	720	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 4, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 2.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,32
115	360	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 4, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,32
116	192	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 5, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 1.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,11
117	192	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILA MENTO PRETO AGULHADO, TIPO FIO 5, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 45 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 2.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,11
118	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,47
119	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,01
120	192	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,28
121	192	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,72
122	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,33
123	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,71
124	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,45
125	192	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 1-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,97
126	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 2-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,55

127	288	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 2-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,35
128	1440	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 2-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,72
129	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 2-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,56
130	480	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 3-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 5,58
131	480	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 3-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,47
132	1440	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 3-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,81
133	192	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 3-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,11
134	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,43
135	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,46
136	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,59
137	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 4-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 5.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 8,59
138	72	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: POLIPROPILENO MONOFILA MENTO, TIPO 2-0, COR AZUL, COMPRIMENTO 75 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ AGULHA, T TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPR AGULHA 3.0 CM.	R$ 7,63
139	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 5-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 3.5 CM - ESTÉRIL.	R$ 6,78
140	3	UNIDADE	FIO GUIA COM BOTÃO DE REGULAGEM INFANTIL	R$ 81,25
141	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA SIMPLES, AGULHADO, TIPO FIO 5-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CIL- AGULHA 4.0 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,02
142	360	UNIDADE	FITA CIRÚRGICA 10CM X 4,5 M MICROPORE GRANDE	R$ 14,05
143	150	UNIDADE	FITA P/ AUTOCLAVE 19MM X 30M METROS. COM MARCAS PARA COMPROVAÇÃO DA ESTERILIZAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R$ 12,40
144	1.200	ROLO	FITA ADESIVA HOSPITALAR 16MM X 50 METROS EMBALADA INDIVIDUAL (ROLO) FITA CREPE	R$ 7,96
145	1500	ROLO	FITA MICRO POROSA HIPORALEGICA BRANCA 5,0 CMX10 METROS COM CAPA, EXPRESSURA EXCELENTE FIXAÇÃO (TIPO CREPE).	R$ 9,69
146	1.200	CAIXA	FITA P/ GLICEMIA CAPILAR, (TIRAS INDIVIDUAIS DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR	R$ 36,60

			PORTÁTIL FÁCIL E RÁPIDA, CAIXA COM 50 TIRAS. MARCA CONFORME A FORNECIDA PELO SUS ONE CALL	
147	200	UNIDADE	FIXADOR CITOLÓGICO FRASCO C/ 100 ML	R$ 17,76
148	150	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAM.: M PACOTE C/ 8 UNID.	R$ 25,52
149	150	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAM.: XG PACOTE C/ 8 UNID.	R$ 24,73
150	50	PACOTE	FRALDAS INFANTIL PACOTE C/ 8 UNID. TAM: P	R$ 29,16
151	8.000	PACOTE	GAZES HIDRÓFILA 7,5CM X 7,5 CM PACOTE 500 UNIDADES	R$ 21,70
152	96	PACOTE	GAZES ROLO TIPO QUEIJO 13 FIOS PACOTES	R$ 47,28
153	120	GALÃO	GEL CONDUTOR PLURIGEL PARA EXAMES DE ULTRASSOM E ELETROCARDIOGRAMA 5 KG (UM GEL NÃO GORDUROSO, INODORO E TRANSLÚCIDO. É FACILMENTE ABSORVIDO POR GUARDANAPOS DE PAPEL OU TECIDO, FAVORECENDO SUA REMOÇÃO APÓS O PROCEDIMENTO). POR SER ISENTO DE SAL, NÃO DANIFICA OS APARELHOS, COMPOSIÇÃO ÁGUA PURIFICADA, GLICERINA, NEUTRALIZANTE, POLÍMERO CARBOXIVINÍLICO E CONSERVANTE A BASE DE ISOTIAZOLINONA. TIPO: CARBOGEL	R$ 35,84
154	15	CAIXA	HASTES FLEXÍVEIS, CAIXA 75. TIPO COTONETE	R$ 2,64
155	5	UNIDADE	INTRACATH 16 - CATETER VENOSO CENTRAL.	R$ 143,85
156	5	KIT	INTRACATH 19 - CATETER VENOSO CENTRAL.	R$ 171,21
157	180	LITRO	IODOPOVIDONA SOLUÇÃO DEGERMANTE - 1000 ML	R$ 49,29
158	30	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E A ÓXIDO DE ETILENO (ETO). DEVERÁ CONTER UMA TIRA DE ESPOROS PARA CADA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO DENTRO DE UMA AMPOLA PLÁSTICA. CAIXA COM 10 AMPOLAS.	R$ 75,14
159	96	KIT	KIT P/ INALAÇÃO COMPLETO ADULTO	R$ 11,75
160	50	KIT	KIT P/ INALAÇÃO COMPLETO INFANTIL	R$ 11,75
161	3.000	KIT	KIT PARA COLETA DE PCCU - P	R$ 4,68
162	3000	KIT	KIT PARA COLETA DE PCCU - M	R$ 5,64
163	2000	KIT	KIT PARA COLETA DE PCCU - G	R$ 5,75
164	5	CAIXA	LÂMINA DE BISTURI Nº 10 PONTIAGUDA CX C/ 100 UNIDADES	R$ 45,89
165	30	UNIDADE	LANTERNA CLÍNICA MÉDICA	R$ 86,67
166	100	UNIDADE	LENÇOL DESC. 2.00X0.090CM SEM ELÁSTICO PACOTE COM 10 UNID.	R$ 22,49
167	30	CAIXA	LUVA ESTÉRIL Nº 7,0 CX C/ 200 PARES	R$ 406,81
168	25	CAIXA	LUVA ESTÉRIL N 6,5 CX C/ 200 PARES	R$ 295,16
169	25	CAIXA	LUVA ESTÉRIL Nº 8,0 CAIXA C/ 200 PARES	R$ 386,99
170	10	CAIXA	LUVA ESTÉRIL Nº 8,5 CX C/ 200 PARES	R$ 241,73
171	2	CAIXA	LUVA ESTÉRIL Nº 8,0 CAIXA C/ 200 PARES SEM PÓ	R$ 429,66
172	1.200	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO G- CAIXA C/ 100	R$ 38,87
173	2.500	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO M - CAIXA C/ 100	R$ 43,89
174	3.000	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO P- CAIXA C/ 100	R$ 47,34
175	20	UNIDADE	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO P - CAIXA C/ 100 SEM PÓ	R$ 47,83
176	20	UNIDADE	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO M - CAIXA C/ 100 SEM PÓ	R$ 57,76
177	300	UNIDADE	MALHA TUBULAR 10 CM 1 UNIDADE	R$ 15,89
178	300	UNIDADE	MALHA TUBULAR 15 CM 1 UNIDADE	R$ 19,99
179	180	UNIDADE	MALHA TUBULAR 20 CM 1 UNIDADE	R$ 24,94
180	120	UNIDADE	MÁSCARA N-95 CX C 20	R$ 35,23
181	1200	UNIDADE	MÁSCARAS 3M PFF2 9820	R$ 4,52
182	1.500	CAIXA	MÁSCARAS TRIPLA C/ ELÁSTICO CX C/ 50	R$ 14,33
183	8	UNIDADE	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA PVC INFANTIL (OFERECE UM MAIOR CONFORTO AO USUÁRIO EM PROCEDIMENTOS DE NEBULIZAÇÃO E OXIGENO TERAPIA, COM A VANTAGEM DE	R$ 18,14

			SE FAZER "TOILLETE" BRÔNQUICA SEM A NECESSIDADE DE DESCONECTÁ-LA.)	
184	10	UNIDADE	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA PVC ADULTO (OFERECE UM MAIOR CONFORTO AO USUÁRIO EM PROCEDIMENTOS DE NEBULIZAÇÃO E OXIGENO TERAPIA, COM A VANTAGEM DE SE FAZER "TOILLETE" BRÔNQUICA SEM A NECESSIDADE DE DESCONECTÁ-LA.)	R$ 15,33
185	6000	UNIDADE	MULTIVIAS (CONECTOR 2 VIAS)	R$ 2,38
186	20	UNIDADE	ÓCULOS ACRÍLICO	R$ 6,87
187	2	UNIDADE	OXÍMETRO INFANTIL PORTÁTIL COM CURVA SENSE 10	R$ 1.374,44
188	10	UNIDADE	OXÍMETRO ADULTO PORTÁTIL COM CURVA SENSE 10	R$ 1.541,18
189	8	UNIDADE	OTOSCÓPIO	R$ 527,68
190	6	UNIDADE	OFTALMOSCÓPIO	R$ 1.276,47
191	150	UNIDADE	OXÍMETRO DE PULSO AUTOMÁTICO DE DEDO DIGITAL (ADULTO)	R$ 171,62
192	5	UNIDADE	PALETES DE POLIETILENO BRANCO 1,20 X 1,00 MT	R$ 541,90
193	50	UNIDADE	PAPEL KRAFT PARA ESTERILIZAÇÃO MEDINDO 60CM X 200METROS ROLO	R$ 177,59
194	120	UNIDADE	PAPEL MANILHA BRANCO 60 CM X 250 M	R$ 211,66
195	9600	PACOTE	PROPÉ GRAMATURA 20 DESCARTÁVEL BRANCO (JARC) DE TNT E POLIPROPILENO	R$ 9,88
196	900	UNIDADE	PLACA HIDRO COLOIDE 20 X 15 CM	R$ 39,87
197	4320	UNIDADE	PRESERVATIVO MASCULINO, À BASE DE ÁGUA, HIPOALÉRGICO, PH NEUTRO, COMPRIMENTO MÍNIMO 16 CM, LARGURA 4, 40CM, ESPESSURA MÍNIMA 0, 045 MM, APLICAÇÃO EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, INCOLOR E INODORO SEM LÁTEX.	R$ 2,52
198	7200	UNIDADE	PRESERVATIVO MASCULINO, MATERIAL EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL COMPRIMENTO MÍNIMO DE 160 MM, LARGURA NOMINAL 49 MM, ESPESSURA MÍN. 0,03MM, LUBRIFICADO, S/ESPERMICIDA, S/ ODOR, C/ RESERVATÓRIO, TRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE, QUANTIDADE DE LUBRIFICANTE ENTRE 400 E 700MG.	R$ 3,60
199	10	UNIDADE	REANIMADOR MANUAL (AMBU) ADULTO EM SILICONE, AUTOLAVÁVEL COMPLETO. BOLSA RESERVATORIO O2, TIPO: REUTILIZÁVEL, COMPONENTES: C/RESERVATÓRIO DE O2 SUPLEMENTAR, ENTRADA DE O2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MÁSCARA TRANSPARENTE, AUTOCLAVÁVEL	R$ 317,35
200	10	UNIDADE	REANIMADOR MANUAL (AMBU) INFANTIL EM SILICONE, AUTOLAVÁVEL COMPLETO. BOLSA RESERVATORIO O2, TIPO: REUTILIZÁVEL, COMPONENTES: C/RESERVATÓRIO DE O2 SUPLEMENTAR, ENTRADA DE O2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAL.	R$ 262,22
201	3	UNIDADE	REANIMADOR MANUAL (AMBU) NEO NATAL EM SILICONE, AUTOLAVÁVEL COMPLETO.	R$ 275,60
202	1.500	PACOTE	SACOS LIXO INFECTANTE HOSPITALAR 100L 100 UNID BRANCO	R$ 64,49
203	1.200	PACOTE	SACOS LIXO INFECTANTE HOSPITALAR 50L 100 UNID BRANCO	R$ 73,90
204	24	CAIXA	SCALP Nº 19 - CAIXA C/ 100	R$ 24,29
205	24	CAIXA	SCALP Nº 21- CAIXA C/ 100	R$ 32,55
206	1.200	UNIDADE	SCALP Nº 23 -	R$ 0,76
207	130	CAIXA	SCALP Nº 25 - CAIXA C/ 100	R$ 42,14
208	24	CAIXA	SCALP Nº 27 CX C/ 100 AGULHAS CURTAS	R$ 40,41
209	12	CAIXA	SERINGA 1 ML - AGULHA 6,0 X 0,25 MM	R$ 44,59

210	800	CAIXA	SERINGA 10 ML - COM AGULHA, DE USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 45,45
211	800	CAIXA	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML SEM AGULHA, DE USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 44,74
212	800	CAIXA	SERINGA 20 ML - COM AGULHA USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 48,16
213	600	CAIXA	SERINGA 3 ML - COM AGULHA USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 44,93
214	600	CAIXA	SERINGA 3 ML - SEM AGULHA USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 33,15
215	800	CAIXA	SERINGA 5 ML - COM AGULHA USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTETRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 38,75
216	300	CAIXA	SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML SEM AGULHA, DE USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 33,15

217	250	CAIXA	SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML COM ROSCA, AGULHADA, DE USO ÚNICO, BICO SLIP ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE, ANEL DE PROTEÇÃO IMPEDINDO O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO, ESCALA DE GRADUAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 36,38
218	8	KIT	SISTEMA DE DRENAGEM TORÁXICA FECHADO Nº 36(KIT COMPLETO)500ML	R$ 64,64
219	8	KIT	SISTEMA DE DRENAGEM TORÁXICA FECHADO Nº 38(KIT COMPLETO)1LITRO	R$ 89,18
220	25.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML. SISTEMA FECHADO	R$ 9,23
221	20.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO: FRASCO DE 250 ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, COM N.º DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE NO FRASCO.	R$ 10,21
222	20.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO: FRASCO DE 500 ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, COM N.º DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE NO FRASCO.	R$ 13,70
223	8.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO: FRASCO DE 1000 ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO DE CLORETO SORO FISIOLÓGICO: FRASCO DE 500 ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, COM N.º DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE NO FRASCO.	R$ 13,80
224	8.000	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO – FRASCO 500 ML: FRASCO DE 500 ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% COM 5% DE GLICOSE, COM N.º DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE NO FRASCO.	R$ 9,61
225	6.000	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO – FRASCO 250 ML: FRASCO DE 250 ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% COM 5% DE GLICOSE, COM N.º DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE NO FRASCO	R$ 9,95
226	4500	UNIDADE	SORO GLICOSADO A 5% - FRASCO 100 ML: FRASCO DE 100ML COM SISTEMA DE INFUSÃO FECHADO, CONTENDO SOLUÇÃO AQUOSA DE GLICOSE A 5%, COM N.º DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE NO FRASCO.	R$ 9,51
227	300	UNIDADE	SONDA FOLEY Nº 10 - 2 VIAS 0 EM LÁTEX E SILICONE, ESTERILIZADA EM RAIOS GAMA. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 5,10
228	300	UNIDADE	SONDA FOLEY Nº 12 - 2 VIAS EM LÁTEX E SILICONE, ESTERILIZADA EM RAIOS GAMA. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 4,01
229	750	UNIDADE	SONDA FOLEY Nº 14 - 2 VIAS EM LÁTEX E SILICONE, ESTERILIZADA EM RAIOS GAMA. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 3,61
230	1500	UNIDADE	SONDA FOLEY Nº 16 2 vias-EM LÁTEX E SILICONE, ESTERILIZADA EM RAIOS GAMA. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 3,36

231	1500	UNIDADE	SONDA FOLEY Nº 18 - 2 VIAS EM LÁTEX E SILICONE, ESTERILIZADA EM RAIOS GAMA. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 3,01
232	80	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06 CURTA	R$ 0,85
233	120	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06 LONGA	R$ 1,02
234	120	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 08 LONGA	R$ 1,25
235	80	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 10 CURTA	R$ 1,44
236	120	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 10 LONGA	R$ 1,00
237	120	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 12 LONGA	R$ 1,35
238	120	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 14 LONGA	R$ 1,39
239	260	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16 LONGA	R$ 1,36
240	260	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18 LONGA	R$ 1,54
241	260	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 22 LONGA	R$ 2,01
242	120	UNIDADE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 24 LONGA	R$ 2,08
243	50	UNIDADE	SONDA RETAL Nº 14	R$ 1,00
244	1000	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 04	R$ 1,71
245	1000	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 06	R$ 1,98
246	1000	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 10	R$ 2,42
247	400	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 12	R$ 1,80
248	400	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 14	R$ 4,86
249	600	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 16	R$ 1,68
250	600	UNIDADE	SONDA TRAQUEAL 18	R$ 1,73
251	100	UNIDADE	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO 8.5. TUBO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO; FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO; CONECTOR EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL (ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO); TUBO EM PVC; MANGUITO EM PVC ELÁSTICO;	R$ 6,43
252	100	UNIDADE	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO7.5. TUBO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO; FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO; CONECTOR EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL (ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO); TUBO EM PVC; MANGUITO EM PVC ELÁSTICO;	R$ 7,50
253	100	UNIDADE	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO 8.0. TUBO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO; FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO; CONECTOR EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL (ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO); TUBO EM PVC; MANGUITO EM PVC ELÁSTICO;	R$ 3,77

254	120	CAIXA	SONDA URETRAL Nº 06 - PACOTE C/ 10 UNIDADE SONDA URETRAL DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA POR OXIDO DE ETILENO APRIOGENIO Nº. 06. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 9,83
255	120	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 08 - SONDA URETRAL DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA POR OXIDO DE ETILENO APRIOGENIO. EMBALAGEM CONTENDO DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA.	R$ 1,07
256	120	UNIDADE	TERMÔMETRO DIGITAL CLÍNICO COM PONTA FLEXÍVEL, TOTALMENTE RESISTENTE À ÁGUA, COM BATERIA DE LONGA DURAÇÃO, TEMPO MÍNIMO APROXIMADO DE MEDIÇÃO: 1 MINUTO, FAIXA DE MEDIÇÃO/USO: 32°C A 42ºC, COM ESTOJO DE PROTEÇÃO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E Nº. DE LOTE.	R$ 15,12
257	1.200	PACOTE	TOUCA C/ ELÁSTICO PACOTES C/ 100 UNIDADES	R$ 9,65
258	10	UNIDADE	TUBO OROTRAQUEAL OU ENDOTRAQUEAL 4,5 (C/CUFF) C/BALÃO FABRICADO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO; FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL	R$ 6,17
259	12	UNIDADE	VÁLVULA REGULADORA P/ OXIGÊNIO. AS VÁLVULAS REDUTORAS DE PRESSÃO PARA CILINDRO FORAM DESENVOLVIDAS PARA CONTROLAR A PRESSÃO DE SAÍDA DE OXIGÊNIO.	R$ 329,41
260	60	UNIDADE	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO DE OXIGÊNIO + FLUXÔMETRO + UMIDIFICADOR - (KIT.) FOI DESENVOLVIDA PARA CONTROLAR A PRESSÃO DE SAÍDA DE OXIGÊNIO. FABRICADA EM METAL CROMADO DE ALTA RESISTÊNCIA, MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 300 KGF/CM2, ENTRADA COM FILTRO DE BRONZE, PRESSÃO FIXA DE 3,5 KGF/CM2, VÁLVULA DE SEGURANÇA E FLUXÔMETRO. CONEXÕES PADRÃO ABNT NBR 11725 E 11906. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 300 KGF/CM2; - ENTRADA COM FILTRO EM BRONZE SINTETIZADO; - PRESSÃO FIXA DE 3,5 KGF/CM2; - VÁLVULA DE SEGURANÇA; - FLUXÔMETRO; - FABRICADO EM METAL CROMADO.	R$ 644,03
261	864	UNIDADE	VICRYL 0 AGULHADO AGULHA 3,5CM	R$ 7,90
262	864	UNIDADE	VICRYL 0 AGULHADO AGULHA 4.0CM	R$ 9,79
263	864	UNIDADE	VICRYL 1-0 AGULHADO AGULHA 3.0 CM	R$ 9,52
264	864	UNIDADE	VICRYL 1-0 AGULHADO AGULHA 3.5 CM	R$ 11,94
265	864	UNIDADE	VICRYL 1-0 AGULHADO AGULHA 4.0 CM	R$ 9,76
266	864	UNIDADE	VICRYL 1-0 AGULHADO AGULHA 5.0 CM	R$ 10,63
267	216	UNIDADE	VICRYL 2-0 AGULHADO AGULHA 3.0 CM	R$ 9,90
268	216	UNIDADE	VICRYL 2-0 AGULHADO AGULHA 4.0 CM	R$ 10,46
269	216	UNIDADE	VICRYL 2-0 AGULHADO AGULHA 5.0 CM	R$ 10,63
270	216	UNIDADE	VICRYL 3-0 AGULHADO AGULHA 3.0 CM	R$ 9,66
271	216	UNIDADE	VICRYL 3-0 AGULHADO AGULHA 5,0 CM	R$ 10,48
272	216	UNIDADE	VICRYL 4-0 AGULHADO AGULHA 3.0 CM	R$ 10,62
273	216	UNIDADE	VICRYL 4-0 AGULHADO AGULHA 3.5 CM	R$ 11,94
274	216	UNIDADE	VICRYL 4-0 AGULHADO AGULHA 4.0 CM	R$ 10,46
275	216	UNIDADE	VICRYL 4-0 AGULHADO AGULHA 5.0 CM	R$ 10,62
276	2	UNIDADE	AFASTADOR MILLIM VESICAL TRIVALVE	R$ 1.598,72

277	5	UNIDADE	BACIA INÓX - 35 CM -: ESTERILIZÁVEL	R$ 289,58
278	20	UNIDADE	CABO DE BISTURI Nº 3	R$ 28,86
279	40	UNIDADE	CABO DE BISTURI Nº 4	R$ 31,71
280	2	KIT	DILATADOR - USO GINEC. TIPO VELA HEGAR - KIT COM 20 UM	R$ 412,47
281	10	UNIDADE	ELETRODO TIPO AGULHA DEPILAÇÃO, MEDINDO 66MM	R$ 76,14
282	6	UNIDADE	ELETRODO TIPO BOLA, MEDINDO 2,1MM.	R$ 75,89
283	6	UNIDADE	ELETRODO TIPO BOLA, MEDINDO 4,2MM	R$ 75,89
284	10	UNIDADE	ELETRODO TIPO ALÇA PEQUENA, MEDINDO 4,5MM	R$ 98,15
285	20	UNIDADE	ELETRODO FACA CURVA GRANDE, MEDINDO 83CM	R$ 84,34
286	5	UNIDADE	ESPELHO CLÍNICO P/ USO ODONTOLÓGICO Nº 5	R$ 9,69
287	20	UNIDADE	PINÇA ALLIS 18 cm	R$ 61,45
288	20	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA PEQUENA	R$ 37,72
289	5	UNIDADE	PINÇA COLLY 25 CM	R$ 171,79
290	10	UNIDADE	PINÇA DENTE DE RATO PEQUENA - 12 CM	R$ 43,05
291	5	UNIDADE	PINÇA FOSTER 25 CM	R$ 142,56
292	20	UNIDADE	PINÇA HALSTED (MOSQUITO) CURVA 12 cm	R$ 82,27
293	20	UNIDADE	PINÇA HALSTED (MOSQUITO) RETA 12 cm	R$ 38,57
294	2	UNIDADE	PINÇA HARTMAM P/ CORPO ESTRANHO	R$ 262,14
295	30	UNIDADE	PINÇA KELLY RETA - AÇO INOXIDÁVEL- 18 CM	R$ 79,80
296	20	UNIDADE	PINÇA KOCHER CURVA- AÇO INOXIDÁVEL - 18 CM	R$ 108,74
297	2	UNIDADE	PINÇA MIXTER -AÇO INOXIDÁVEL- 18 CM	R$ 74,00
298	8	UNIDADE	PINÇA ROCHESTER (PEAN) CURVA -AÇO INOXIDÁVEL- 18 CM	R$ 85,34
299	15	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 12 CM	R$ 151,18
300	25	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 15 CM	R$ 46,91
301	20	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 17 CM	R$ 194,22
302	15	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 24 CM	R$ 179,68
303	15	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 34 CM	R$ 62,22
304	10	UNIDADE	TAMBOR INOX PARA GAZE E ALGODÃO 10X10 CM	R$ 141,13
305	10	UNIDADE	TESOURA DE MAYO CURVA - AÇO INOXIDÁVEL - 14 CM	R$ 66,86
306	5	UNIDADE	TESOURA DE MAYO RETA - AÇO INOXIDÁVEL - 14 CM	R$ 49,88
307	5	UNIDADE	TESOURA METZENBAUM RETA - AÇO INOXIDÁVEL - 24 CM	R$ 137,04
308	8	UNIDADE	TESOURA METZEMBAUM CURVA - AÇO INOXIDÁVEL - 24 CM	R$ 138,15
309	2	UNIDADE	TESOURA METZEMBAUM CURVA 35 CM C/ PONTA ROMBA	R$ 984,26
310	60	GALÃO	ACIDO PERACETICO 0.2% GALAO 5 LITROS	R$ 253,08
311	60	GALÃO	DETERGENTE ENZIMATICO 3 ENZIMAS GALÃO 5 LITROS	R$ 189,69
312	100	GALÃO	DESINCRUSTANTE LIQUIDO GALÃO 5 LITROS	R$ 84,99
313	300	FRASCO	CLOREXIDINE RIOHEX 0,5% 1 LITRO	R$ 23,48
314	600	FRASCO	CLOREXIDINE TÓPICO 1% 1 LITRO	R$ 15,72
315	2.800	FRASCO	CETOPROFENO 100 ML	R$ 11,33
316	24	UNIDADE	PINÇA ALLIS 14 CM	R$ 69,48
317	20	UNIDADE	PINÇA ALLIS 16 CM	R$ 71,53
318	12	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA COM DENTES 16 CM	R$ 57,12
319	12	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTES 14 CM	R$ 24,19
320	12	UNIDADE	AFASTADOR FARABEUF ADULTO (PAR) 14CM	R$ 59,33
321	2	UNIDADE	AFASTADOR BAUFOR 45X80 CM	R$ 1.261,80
322	2	UNIDADE	AFASTADOR BAUFOR 13X12,5 CM	R$ 951,71
323	24	UNIDADE	TESOURA PONTA ROMBA CURVA 14 CM	R$ 44,35
324	24	UNIDADE	TESOURA PONTA ROMBA RETA 14 CM	R$ 36,23
325	12	UNIDADE	PORTA AGULHA 16 CM	R$ 53,26
326	12	UNIDADE	PORTA AGULHA 22 CM	R$ 481,74
327	10	UNIDADE	TESOURA RETA 20 CM	R$ 49,98
328	4	UNIDADE	CUBA QUADRADA	R$ 93,07
329	6	UNIDADE	CAIXA DE ESTERILIZAÇÃO MÉDIA COM TAMPA EM AÇO INOXIDAVEL	R$ 468,52

330	10	UNIDADE	TENTACULAS 14 CM	R$ 52,06
331	30	UNIDADE	PINÇA MOSQUITO CURVA 12 CM	R$ 41,55
332	30	UNIDADE	PINÇA MOSQUITO RETA 12 CM	R$ 60,31
333	6	UNIDADE	PINÇA POZZI	R$ 87,29
334	20	UNIDADE	CURETA N 14	R$ 74,24
335	20	UNIDADE	CURETA N 16	R$ 107,20
336	20	UNIDADE	CURETA 22	R$ 209,29
337	20	UNIDADE	CURETA 32	R$ 80,16
338	6	UNIDADE	PINÇA CORAÇÃO 16 CM	R$ 92,05
339	6	UNIDADE	CUBA REDONDA PEQUENA PARA CAIXAS	R$ 32,78
340	3	UNIDADE	ESPÁTULA MALEAVEL 40X3 CM	R$ 78,49
341	2	UNIDADE	ESPÁTULA REVERDIN BAIONETA	R$ 129,14
342	2	UNIDADE	ESPÉCULO VAGINAL Nº 2	R$ 106,98
343	6	UNIDADE	ESTOJO INOX PERFURADO	R$ 142,46
344	3	UNIDADE	Histerômetro de Collin 28cm	R$ 79,96
345	6	UNIDADE	PINÇA ALLIS 20 CM	R$ 184,27
346	1	UNIDADE	PINÇA ALLIS 25 CM	R$ 121,39
347	20	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO	R$ 56,04
348	20	UNIDADE	PINÇA DENTE DE RATO 14 CM	R$ 39,77
349	20	UNIDADE	PINÇA DENTE DE RATO 18 CM	R$ 42,07
350	20	UNIDADE	PINÇA DISSECÇÇAO ANATOMICA 12 CM	R$ 28,36
351	20	UNIDADE	PINÇA DISSECÇÇAO ANATOMICA 14 CM	R$ 36,03
352	16	UNIDADE	PINÇA BACKAUS 13 CM	R$ 60,01
353	8	UNIDADE	PINÇA CHERON 24 CM	R$ 80,23
354	8	UNIDADE	PINÇA COLLIN PARA INSTRUMENTO 25 CM	R$ 171,79
355	8	UNIDADE	PINÇA FAURE ARTÉRIA UTERINA 25 CM	R$ 142,78
356	16	UNIDADE	PINÇA KELLY 16 CM reta	R$ 72,93
357	8	UNIDADE	PINÇA MIXTER 24 CM	R$ 282,07
358	1	UNIDADE	PINÇA MUSEUX RETA 24 CM	R$ 247,96
359	2	UNIDADE	Pinça Rochester Carmalt 20 cm Curva	R$ 140,23
360	2	UNIDADE	PINÇA ROCHESTER RETA 22 CM	R$ 76,01
361	3	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VÍDEA 16 CM	R$ 389,84
362	3	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VÍDEA 20 CM	R$ 338,38
363	3	UNIDADE	RUGINA DOYEN DIREITA	R$ 188,83
364	3	UNIDADE	RUGINA DOYEN ESQUERDA	R$ 208,70
365	2	UNIDADE	SACA FIBROMA DE DOYEN	R$ 211,27
366	12	UNIDADE	TESOURA DE MAYO CURVA 17 CM	R$ 60,34
367	12	UNIDADE	TESOURA DE MAYO RETA 17 CM	R$ 63,54
368	15	UNIDADE	TESOURA METZENBAUM CURVA 18 CM	R$ 82,45
369	15	UNIDADE	TESOURA METZENBAUM CURVA 20 CM	R$ 75,97
370	8	UNIDADE	TESOURA ROMBA RETA 18 CM	R$ 48,65
371	8	UNIDADE	TESOURA ROMBA RETA 16 CM	R$ 41,84
372	9	UNIDADE	POLTRONA HOSPITLAR- Material da Estrutura Aço - Tubo, Capacidade 150Kg, Pintura Epoxi	R$ 1.272,66
373	4	UNIDADE	BOMBA DE INFUSÃO CARACTERÍSTICA FÍSICA EQUIPO | KVO | BOLUS | ALARME | BATERIA ESPECIFICAÇÃO POSSUI | POSSUI | POSSUI | POSSUI | POSSUI	R$ 3.814,52
374	3	UNIDADE	Aspirador De SecreçõesVoltagem: Bivolt automático Dimensões do produto (cm): 25,5 x 28,5 x 45 (sem suporte)n104 x 45 x 47,5 (com suporte) Peso: 6,0 Kg (sem suporte) ou 8,5 Kg (com suporte) Nº Anvisa: 10332170037 Funcionamento sem fio?: Não (requer alimentação via rede elétrica) Possui bateria?: Não Comprimento da mangueira: 2,0 metros Acionamento: Manual e OPCIONAL com pedal Capacidade do frasco: 3 litros Vácuo Máximo: 25 inHg Fluxo de ar máximo: 24 litros/min. Potência máxima aproximada: 79 W	R$ 4.011,11

375	3	UNIDADE	ASPIRADOR CIRURGICO 5 LITROS: Motor: Monofásico com capacitor permanente 1/5 Hp; Rotações: 1.750 RPM; Proteção do motor: Através de protetor térmico que desativa o conjunto no excesso de temperatura, tornando a ligar quando a temperatura volta ao normal; Consumo de energia: Baixo (aproximadamente 341 W); Tensão de alimentação: 110 e 220 Volts automático; Amperagem: 2.4 A em 110 V e 1.25 A em 220 V; Compressor: A pistão oscilante; Lubrificação: Isento; Fluxo: 36 litros de ar p/ min (livre); Vácuo máximo: 25 polegadas de mercúrio (Hg); Vacuômetro: Para indicação do vácuo gerado; Regulador: Regulador de vácuo de zero à máximo (25 pol./Hg); Frasco coletor: Com capacidade de 5 litros; Tampa do frasco: Borracha com acoplamento da válvula de segurança incorporada; Válvula de segurança: Contra transbordamento do frasco; Filtro: Filtro bactericida. ACESSÓRIOS: 01 Tampa c/ válvula de segurança acoplada; 01 Frasco coletor 5 Litros de capacidade; 01 Mangueiras de silicone com 1,6 metros de comprimento; 01 Manual de instruções;	R$ 4.681,18
376	3	UNIDADE	Carro Maca com Regulagem de Altura - Elevação do Leito, Grades: Dimensões do Produto: 200 × 60 × 63 (mínimo) / 97 (máximo) cm (Comprimento x Largura x Altura); Peso Máximo Suportado: 150 kg; Regulagem de Altura: Sim; Cabeceira: Regulável; Grades Laterais: Grades laterais de baixar em tubo de aço carbono redondo;	R$ 2.878,66
377	4	UNIDADE	BOLSA MOCHILA SAMU MEDICAMENTOS: Parte interna: possui 27 compartimentos em plástico transparente com fechamento em velcro, divididos entre 03 cartelas removíveis, além de elásticos para fixação de materiais e outros 03 bolsos com zíper; – 01 bolso principal e 01 frontal; – Revestida com isomanta na parte posterior e nas divisórias; – Costura dupla: maior resistência e durabilidade; – Faixa refletiva em tecido lavável de 30mm; – Alças tipo mochila e outra para as mãos, ambas com proteção.	R$ 224,50
378	4	UNIDADE	Mochila Vazia Tipo Samu 192 Mochila possui design específico para armazenar itens de primeiros socorros e é utilizada em atendimentos de urgência e resgate. Confeccionada em tecido tipo Cordura, com revestimento térmico tipo Izo-manta, forro interno na cor cinza em Nylon 70, bolso interno com fechamento em zíper e dispositivos em elásticos para guarda de materiais. Dimensão: 44 x 38 x 18cm. (AxLxC) Peso: 0,820k	R$ 203,33
379	2	UNIDADE	PRANCHA DE POLIETILENO COM CINTO TIPO ARANHA E HEAD BLOCK TAMANHO ADULTO Descrição: - Prancha de imobilização confeccionada em polietileno com alta resistência a impactos; - Projetada para transporte manual de vítimas de acidentes; - Possibilita o resgate na água e em alturas; - Dimensionada para suportar até 180 kg, quando utilizada da maneira correta(usando as pegas laterais e içada pelas mesmas por 4 quatro socorristas) - Rígida, leve e confortável; Possui aberturas específicas para facilitar a imobilização da vítima; 100 % translúcida podendo ser usada em RX e Ressonância Magnética. Medidas: 1880 mm de comprimento x 460 mm de largura x 85 mm de altura; Peso aproximado 8 kg; Cor Amarela Acompanha Cinto Aranha e Imobilizador lateral de cabeça CINTO ARANHA Conjunto de cintos para imobilização, confeccionado em fitas de nylon, em cores, rádio transparente, fixado por fitas em velcro de 50 mm de	R$ 781,36

			largura, nas cores: preta, verde, amarela, vermelha , permite imobilizar: os ombros, tórax, pelve, braços e pernas desenhados para ser facilmente acondicionado peso 350g IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA (HEAD BLOCK) Imobilizador lateral de cabeça, confeccionado em espuma injetada, impermeável com orifícios para verificação de saída de líquido pelo ouvido, propicia imobilização para cabeça e região cervical, contendo tirantes de fixação para testa e queixo com formato anatômico e adequado para encaixe no colar cervical. Base totalmente impermeável soldada eletricamente com esticadores em nylon resistente para melhor fixação e imobilização da vítima.	
380	2	UNIDADE	Imobilizador De Cabeça Impermeável, Imobilizador de Cabeça (head block) para uso junto da maca de resgate : Confeccionado em ABS, resistente a impactos; utilizado em conjunto com prancha de imobilização; anatômico, regulagem com velcro, base com regulagem. Produzido em material totalmente impermeável e lavável. É composto por uma base para fixação na prancha, blocos laterais ajustáveis e refis de testa e queixo. Utilizado para imobilizar a cabeça da vitima. Confeccionado em espuma vinil emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura. Base fixada na prancha 40 x 25 cm. Laterais fixadas na base 25 x 16 x 0,9 cm. Orifício auricular para verificar de sangramento, 80 mm. Lavável Impermeavél. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Indicado para imobilizar a cabeça no caso de resgate de pacientes, dando maior conforto e segurança no alto socorro. Deverá ser usado, com o colar cervical de resgate.	R$ 132,18
381	5	UNIDADE	Máscara Laringea kit com com 7 tamanhos disponíveis: 1; 1,5; 2; 2,5; 3; 4; 5	R$ 243,78
382	50	UNIDADE	Tala Metalica Para Dedo Imobilizadora	R$ 28,45
383	3	UNIDADE	Conjunto de Talas para Imobilização e resgate 4 tamanhos	R$ 137,15
384	2	UNIDADE	MONITOR DE MULTI PARAMETROS ECG/RESP/SP02/PNI/TEMP, SUPORTE PARA MONITOR, PRÉ CONFIGURADO, TAMANHO DE 12"	R$ 8.756,54
385	1	UNIDADE	CAIXA CIRURGICA GRANDE	R$ 1.437,93
386	4	UNIDADE	PINÇA LAHEY 24 CM	R$ 524,77
387	2	UNIDADE	Pinça z champ paramental curva 24 cm;	R$ 520,45
388	2	UNIDADE	pinças z champ paramental seme curva 24 cm	R$ 1.609,67
389	1	UNIDADE	Porta Agulha Finochietto com videa 25 cm	R$ 735,81
390	1	UNIDADE	Tesoura Fomon 20 cm;	R$ 306,67
391	1	UNIDADE	Tesoura Fomon 25 cm;	R$ 306,67
392	1	UNIDADE	válvula ouvard com peso bóx 38 cm;	R$ 737,20
393	1	UNIDADE	1 Válvula Breisky n° 23.5 x 13 mm	R$ 320,63
394	1	UNIDADE	Válvula Breisky n° 12.5 x 13 mm	R$ 285,75
395	20	UNIDADE	Pinça anatômica com dente 18 cm	R$ 61,29
396	20	UNIDADE	Pinça anatômica sem dente 20 cm	R$ 42,42
397	1	UNIDADE	Ventilador mecânico - Ventilador pulmonar para transporte e emergência neonatal, pediátrico e adulto. Equipado com TURBINA e Geração própria de ar; Ventilação Neonatal; Configuração do paciente; Mecânicas Ventilatórias; FiO_2 40 a 100%; Compensação de altitude; Ajuste do volume; Histórico de alarmes; Rise time automático; Ventilação não invasiva; Compensação de fugas; Leitura de fluxo proximal; Função O_2 100%; Tendências de 24h; Sensibilidade inspiratória de fluxo ou pressão; Bateria de 15h; Cálculo automático do peso teórico; Interface intuitiva; Interface personalizável com memória	R$ 59.189,78

398	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: POLIPROPILENO MONOFILAMENTO, TIPO 0, COR AZUL, COMPRIMENTO 75 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ AGULHA, T TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPR AGULHA 4.0 CM.	R$ 3,14
399	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: POLIPROPILENO MONOFILAMENTO, TIPO 1-0, COR AZUL, COMPRIMENTO 75 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ AGULHA, T TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPR AGULHA 4.0 CM.	R$ 3,20
400	240	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: POLIPROPILENO MONOFILAMENTO, TIPO 2-0, COR AZUL, COMPRIMENTO 75 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ AGULHA, T TIPO AGULHA: 3/8, CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPR AGULHA 4.0 CM.	R$ 3,16
401	480	UNIDADE	FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO AGULHADO, TIPO FIO 3-0, COMPRIMENTO: COMPR: MÍNIMO 75 CM, TIPO AGULHA: 1/2, CÍRCULO CIL- AGULHA 3,5 CM - ESTÉRIL.	R$ 7,39
402	3	UNIDADE	Máscara oronasal adulto	R$ 283,00
403	3	UNIDADE	Mascara oronasal infantil Tamanho P	R$ 441,16
404	3	UNIDADE	Mascara nasal adulto	R$ 345,11
405	3	UNIDADE	Mascara nasal infantil	R$ 828,51
406	3	UNIDADE	Epap	R$ 171,22
407	1	UNIDADE	Cufômetro Insuflador Medidor de Cuff Traqueal	R$ 2.981,27
408	5	UNIDADE	Traqueia para cpap	R$ 55,73
409	3	UNIDADE	Fixador para Máscara Sem Apoio de Testa - Tamanho Padrão – Gaslive	R$ 85,65
410	5	UNIDADE	Máscara de Venturi para oxigenoterapia de alto fluxo	R$ 16,92
411	10	UNIDADE	Filtro POWERbreath	R$ 42,84
412	1.000	UNIDADE	Filtro respiratório Hmef	R$ 13,57
413	48	FRASCO	Fita médica transparente transpore - 10 cmx4,5 cm- 3 m	R$ 32,90
414	48	FRASCO	Solução aquosa PHMB- frasco 100 ml	R$ 68,82
415	30	FRASCO	Solução degermante de PHMB- 100 ml	R$ 47,85
416	15	CAIXA	Curativo de alginato de cálcio 10x10 cm- cx com 10 uni	R$ 159,89
417	20	CAIXA	Curativo de alginato de cálcio 05x05 cm- cx com 10 uni	R$ 156,26
418	30	UNIDADE	Curativo de alginato de cálcio com prata- 1 unidade	R$ 63,16
419	20	FRASCO	Sabonete antiséptico com PHMB- frasco 500 ml	R$ 37,78
420	60	ROLO	Embalagem para esterilizaçõ (grau cirurgico 200mm- rolo com 100 metros	R$ 256,11
421	2	UNIDADE	Mesa auxiliar para instrumentação semi- circular em aço inóx com rodizio- Altura total: 800 mm, Largura total: 410 mm, comp total: 1.200 mm	R$ 1.596,67
422	4	UNIDADE	Agulha transobturatória (sling)	R$ 475,73
423	16	UNIDADE	PINÇA KELLY 16 CM curva	R$ 55,53
424	48	UNIDADE	FIO DE POLIGLECAPRONE 0 COM AGULHA 4,0 CM (1/2-2,6 CM)	R$ 17,65

3.2 Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.3 O prazo de vigência da contratação será a partir da data de assinatura do contrato, até o dia 31/12/2024.

3.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a necessidade urgente em atender às unidades de Saúde e do Hospital do município de Rurópolis, cujas demandas são contínuas. É importante frisar que os referidos equipamentos e materiais são usados diariamente na execução das atividades desenvolvidas na rede municipal de saúde, sendo desse modo, elementos essenciais para a execução com qualidade, eficiência e rapidez dos serviços e atividades ofertados aos usuários do SUS. Sendo que a falta desses itens poderá gerar problemas, ou seja, pode causar danos à saúde pública. Após analisar a necessidade em caráter de urgência, na aquisição dos itens especificados na Solicitação de Despesa em anexo, é mais vantajoso economicamente para esta Secretaria Municipal de Saúde, a contratação de empresa (s) que possa (m) fornecer os produtos solicitados através de Pregão Eletrônico.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 O requisito básico para Contratação da Empresa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS é que ela seja qualificada, licenciada e/ou autorizada, tendo total competência para o fornecimento.

6.2 A fim de garantir o funcionamento regular e permanente do atendimento da população de Rurópolis, deve estar apta a exercer a atividade comercial, e estar de acordo com os critérios previamente estabelecidos pelo contratante/fiscalização, principalmente quanto a:

6.2.1 Sustentabilidade:

I. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

   I. Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com material proveniente de reflorestamento.

II. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.2.2 Subcontratação

II. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2.3 Garantia da contratação

a) Não haverá exigência da garantia da contratação dos *artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021*, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O prazo de entrega dos objetos solicitados é de **05 (cinco) dias uteis**, contados da data do (a) pedido e na quantidade demandada pela secretaria contratante.

7.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, devidamente comprovadas, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.1 Os bens deverão ser entregues no endereço solicitado no pedido pela Secretaria Municipal contratante.

7.2.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (metade) do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.3 Garantia, manutenção e assistência técnica:

7.3.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

8.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

8.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

8.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

8.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

8.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

8.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.14 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.15 O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Recebimento do Objeto

9.1.1 Os materiais/serviços serão recebidos no local indicado pela secretaria, constante na ordem de compra e/ou serviço, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2 Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2 Da liquidação:

9.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução do contrato;
e) O valor a pagar; e
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3 Forma de pagamento:

9.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem de serviço para pagamento.

9.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

9.4 Prazo para pagamento:

9.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, na agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2 O pagamento será efetivado em até 10 (dez dias) úteis, a contar da liquidação da despesa, nos termo do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4.3 A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do § 4º do art. 8º Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4.4 Nenhuma liquidação ou pagamento será efetuado enquanto a empresa estiver pendente de qualquer obrigação financeira e/ou documental, devendo apresentar juntamente com a fatura as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

10.2 Forma de fornecimento

10.2.1 O fornecimento do objeto será continuado.

10.3 Exigências de habilitação

10.3.1 Considerando o objeto da licitação, sugerimos para previsão do futuro Instrumento Convocatório, além da documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômica e Financeira, **as seguintes exigências de qualificação técnica**:

I. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa fornece ou forneceu, satisfatoriamente, materiais/produtos/equipamentos compatíveis com aqueles constantes desta licitação.

11 DA REFERÊNCIA DE PREÇO DE MERCADO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1 MÉTODO DE PESQUISA: Informamos que a pesquisa de preços foi realizada na plataforma Banco de Preços (https://www.bancodeprecos.com.br/) contratado pela Prefeitura Municipal e Banco de preço em saúde (https://bps.saude.gov.br/visao/consultaPublica/index.jsf).

11.2 Caber frisar que este tipo de cotação está amparado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 065/2021. Ressalta-se ainda que a metodologia utilizada para obtenção dos valores de mercado foi a disposta no inciso III, Art. 5º, da referida Instrução, conforme abaixo:

> **"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:**
>
> **(...)**
>
> **III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso"**.

11.3 O custo estimado total da contratação é contratação R$ 4.030.596,80(Quatro milhões e trinta mil quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 3 deste termo.

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para atender a esta demanda estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2024:
Unidade Orçamentária: 1010 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto atividade: 10.301.0004.2.066 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 15001002

Projeto atividade: 10.301.0004.2.068 – MANUTENÇÃO DAS UBS/SAUDE DA FAMILIA MANTER OS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BASICA

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 16000000, 16210000

Projeto atividade: 10.303.0004.2.079 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA MANTER O PROGRAMA DE FARMACIA BASICA

Classificação econômica: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serv. p/dist. gratuita

Fonte: 16000000, 16210000

Projeto atividade: 10.303.0004.2.074 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL/PROGRAMA MAC, MANTER O FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 15001002,16000000,16210000

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;

13.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

13.3 Solicitar a troca dos serviços/produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;

13.4 Solicitar, por intermédio de Ordem/Requisição de Produto/Serviço, por servidor designado para este fim, a execução dos serviços contratados;

13.5 Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

13.6 Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

14.2 Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

14.3 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;

14.4 Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

14.5 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;

14.6 Efetuar os serviços/fornecimentos, objeto da Autorização/Requisição/Ordem de Serviço/Fornecimento, de acordo com as necessidades da(s) Unidade(s) Requisitante(s), após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;

14.7 Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

14.8 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação;

14.9 A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais corno salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

14.10 Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

14.11 Utilizar materiais solicitados neste termo de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;

14.12 Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.

15 DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização e acompanhamento da execução dos futuros Contratos, decorrentes da licitação, será realizada pela servidora ALLICE EVEN DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 120656-7, **indicada como futura Fiscal de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação**, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21.

15.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

16 DAS PENALIDADES

A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual, ou realizá-los em discordância com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas nos artigos 156 ao 163 da Lei 14.133/21, cabendo defesa prévia, recurso e vistas do processo, nos termos da mesma lei.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2024

A
Prefeitura Municipal de Rurópolis
Depto de Licitação

Prezado Sr. Agente de contratação:

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, propõe à Prefeitura Municipal de Rurópolis, a entrega dos produtos/serviços abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

Nº	***Descrição Do Produto/Serviço***	***UND***	**Marca**	**Qtde.**	***R$ Unit.***	**R$ Total**
xx	*xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx*	*xxx*	Xxxx	xxx	*0,00*	00,00
Total Global:						**00,00**

Valor total da proposta R$ 00,00 (----------)

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos/produtos/serviços desta Licitação.

c) O prazo de entrega dos produtos/serviços é de __ (_____) a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra/serviço.

d) A entrega do objeto será feita nos locais indicados pela Secretaria Municipal, mediante a apresentação da solicitação/ordem de compra/serviço, sem nenhum ônus para essa Secretaria.

f) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de _____ dias).

g) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho/ordem de compra/serviço no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

h) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente)

i) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local, data.

_____
Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2024
CONTRATO Nº XXXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxxx
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxxxxxxxx/24

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XXXXXXX , QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS, POR INTERMÉDIO DO(A) PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de RURÓPOLIS, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ-MF, Nº xxxxxxxxxxxxxx, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, SECRETARIO MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do outro lado xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ/CPF CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do(a) CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX , que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da PREGÃO ELETRÔNICO nº xxx/2024, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como na licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº xxx/2024.

3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº xxx/2024 e neste termo contratual;

3.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

I - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO de nº xxx/2024.

3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos produtos/serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com os produtos/serviços.

3.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

3.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

3.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos produtos/serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

3.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

3.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

3.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

3.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

3.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

3.24. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

4.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

4.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

4.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.

4.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos produtos/serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato;

4.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos produtos/serviços, após seu recebimento;

4.10. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

4.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

4.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

4.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.15. Fica designado servidor o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXX**, portador do RG nº XXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXX, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, extinguindo-se em XXXXXXXXX, podendo ser prorrogado de acordo com os termo da Lei n° 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

I - Esteja formalmente demonstrado que a forma de execução do contrato tem natureza continuada;

II - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os produtos/serviços tenham sido fornecido regularmente;

III - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na execução do objeto;

IV - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

V - Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

VI - Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos produtos/serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem **7.1** deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem **7.1** deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total da presente avença é de R$ xxxxxxxx (valor por extenso).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) PREFEITURA MUNICIPAL atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;
c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução do contrato;
e) O valor a pagar; e
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 124, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o IPCA venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL, na dotação orçamentária Exercício 2024 Atividade XXXXXXXXXXXXXX, Classificação econômica XXXXXXXXXXXXXXXXX, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de RURÓPOLIS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

RURÓPOLIS - PA, ___/___/____

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXX
CNPJ(MF) XXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO(A)

ANEXO V
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____ DECLARA:

1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7) Que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Rurópolis/PA, ___ de _____ de 2024.

_____

Representante Legal/Procurador

(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)